



Interpelação Escrita

Registaram-se, recentemente, duas mortes não naturais de trabalhadores da função pública, a primeira foi a de um trabalhador do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), que morreu devido a uma queda de um edifício, e a segunda foi a da Directora-Geral dos Serviços de Alfândega, titular de um cargo principal do Governo que morreu, estranhamente, numa casa de banho pública. O CCAC iniciou o processo de averiguações da morte do seu trabalhador, uma vez que esta ocorreu no local de trabalho, mas a sua mulher levantou muitas dúvidas, não acredita nos resultados das averiguações pois entende que o âmbito destas foi limitado. De qualquer modo, ainda se procedeu à averiguação da morte não natural de uma pessoa. Pelo contrário, no caso da Directora-Geral dos Serviços de Alfândega, ninguém acredita que esta se tenha suicidado de forma tão repentina, uma vez que exercia um alto cargo, era saudável e não tinha problemas especiais no seio familiar. Tinham passado muito poucas horas da sua morte quando o Governo da RAEM veio afirmar, peremptoriamente, que se tratava de um caso de suicídio, poucos dias depois a senhora foi enterrada e fez-se de conta que nada aconteceu. Este acto anormal levou as pessoas a acreditarem que o Governo está a encobrir alguma coisa.

De facto, podem questionar-se muitos aspectos do trabalho do Governo



da RAEM em relação à morte da Directora-Geral.

A polícia foi questionada sobre as razões de não ter contactado de imediato, como aliás é costume, a comunicação social, quando se descobriu o caso, e esta respondeu que tinha actuado assim porque a falecida exercia um cargo especial. Contudo, logo no início das explicações sobre o caso junto da comunicação social, a polícia justificou a sua actuação alegando que a falecida não tinha consigo os documentos de identificação e que só foi possível identificá-la no hospital. Existe aqui uma contradição. Então, os serviços competentes quiseram encobrir uma mentira com outra mentira, e só evidenciaram essa mentira.

— Poucas horas depois da morte da Directora-Geral e sem se ter ainda efectuado a autópsia, o Chefe do Executivo veio logo a público afirmar que se tratava de um caso de suicídio, demonstrando falta de rigor. Então, com vista à respectiva conformidade com as declarações do Chefe do Executivo, os resultados da autópsia foram morte por asfixia e suicídio. Mas como é do conhecimento geral, a morte por asfixia tanto pode ser por suicídio como por homicídio.

Num caso destes, para se chegar à conclusão de suicídio ou homicídio, em teoria, é necessário averiguar e analisar muitos dados e ao pormenor. Por exemplo, será que os objectos utilizados no suicídio, nomeadamente, os comprimidos para dormir, o x-acto e o saco de plástico, que a vítima não conseguiu tirar e que a sufocou, foram trazidos de sua casa (atendendo a que



esta terá saído de casa, segundo o cálculo da hora da morte)? Será que teve contactos com alguém antes da morte, nomeadamente, algum telefonema ou conversa através das redes sociais? Há sempre pistas a seguir quer se trate de suicídio quer se trate de homicídio. Contudo, em poucas horas, o Governo da RAEM afirmou que se tratou de um caso de suicídio, e decerto não teve tempo de averiguar as pistas. Isto significa que se está a averiguar à toa ou então que se está a encobrir alguma coisa.

Mais, sendo a falecida titular de um cargo principal e uma pessoa bastante experiente, o Governo da RAEM deve ser responsável nas averiguações, deve, nomeadamente, averiguar e efectuar análises aprofundadas, com vista a dar resposta quer à população quer ao Governo Central, encontrando as razões para este “suicídio”, uma vez que não havia indícios para tal (o Secretário Wong Sio Chak afirmou que a falecida, antes de morrer, ainda foi a uma festa onde a encontrou a rir e a conversar como normalmente). Não será que encontrar as razões para este “suicídio” pode prevenir que o mesmo aconteça a outros titulares de cargos principais?

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O CCAC procedeu às averiguações necessárias sobre a morte não natural de um dos seus trabalhadores, com vista a apurar as causas. Então, porque é que o Governo da RAEM não avançou com o processo de



averiguações da morte não natural de um titular de um cargo principal?

2. Antes de confirmarem o suicídio da Directora-Geral dos Serviços de Alfândega, os serviços competentes deviam ter averiguado as respectivas causas, nomeadamente, se tal aconteceu por razões pessoais ou profissionais, se devido a pressão no trabalho, ou se por questões de saúde. Fizeram isso? Se o suicídio se deveu a questões profissionais ou devido a stress no trabalho, quais foram então essas questões e qual foi a fonte desse stress?

— 3. Mesmo que a Directora-Geral se tenha suicidado, as razões podem ser pessoais ou outras, pode, nomeadamente, ter sido ameaçada ou coagida a fazer ou a não fazer qualquer coisa. Os serviços competentes foram averiguar se a senhora tomou a iniciativa de se suicidar ou se foi obrigada a fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Au Kam San

26 de Novembro de 2015